

CONIMBRIGA



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA



VOLUME XLII - 2003

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

PEDRO C. CARVALHO

Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

O TEMPLO ROMANO DE NOSSA SENHORA DAS CABEÇAS
(ORJAIS, COVILHÃ) E A SUA INTEGRAÇÃO NUM TERRITÓRIO RURAL
“Conimbriga” XLII (2003) p. 153-182

RESUMO: Apresentam-se os principais resultados das escavações efectuadas no templo romano de Nossa Senhora das Cabeças. Situado em plena serra, isolado, explorando desde logo o potencial cenográfico que o seu enquadramento topográfico proporciona, este edifício, com uma configuração arquitectónica muito particular, terá sido construído possivelmente durante a época flávia, num local onde se registam vestígios de uma ocupação aparentemente pré-romana.

Tecem-se também algumas considerações sobre o quadro político-administrativo em que se encontrava inserido. Apresenta-se uma proposta de localização da capital de *civitas* e considera-se que o modelo clássico de cidade capital não se encontra representado em largas faixas territoriais destas regiões periféricas da Lusitânia.

RÉSUMÉ: Cet article présente les principaux résultats des fouilles réalisées au temple romain de Nossa Senhora das Cabeças. Situé en pleine montagne, isolé, explorant le potentiel scénique que son enquadrement topographique proportionne, cet édifice, de configuration architecturale très particulière, aura possiblement été construit pendant la période flavienne, sur un site où l'on trouve des vestiges d'occupation pré-romaine. On avance quelques considérations à propos de l'enquadrement politique-administratif de ce temple.

On expose une suggestion de localisation de la capital de *civitas* et l'on considère que le modèle classique de cité capitale ne peut pas s'appliquer à de vastes extensions territoriales de ces régions périphériques de la Lusitanie.

(Página deixada propositadamente em branco)

O TEMPLO ROMANO DE NOSSA SENHORA DAS CABEÇAS (ORJAIS, COVILHÃ) E A SUA INTEGRAÇÃO NUM TERRITÓRIO RURAL

1. Nota introdutória

Em Janeiro de 1980, aquando da abertura de um caminho público que a Junta de Freguesia de Orjais estava a levar a efeito, passaram a ser visíveis os restos de um grande edifício de planta rectangular, sobrelevado em relação a uma outra plataforma disposta perpendicularmente. Todo este complexo edificado era constituído por silhares de grande aparelho, de faces perfeitamente regularizadas, apresentando-se almofadados ao longo da sua fachada principal, sendo rematado na parede traseira por uma cornija de coroaamento (Fot. 1, 2 e 3)¹.

Ainda que não estivesse totalmente colocado a descoberto, a sua configuração e as suas proporções extremamente regulares pareciam corresponder às infra-estruturas de um templo, constituídas por um *podium* sobrelevado em relação a uma ou duas plataformas que antecediam e enquadravam o acesso e a visualização do edifício principal².

¹ Na sequência de uma informação enviada pelo Sr. Francisco Galdes à Direcção Geral do Património Cultural, este edifício romano (e o “Castro de Orjais” de que lhe fica sobranceiro) foi classificado como *Imóvel de Interesse Público* pelo Decreto n.º 26 A/92 de 1 de Junho.

² Sobre este edifício: Jorge de Alarcão, *Roman Portugal*, vol. II, fasc. 1, Warminster, 1988, 4/331-2; Jorge de Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, Publ. Europa-América, 1988, p. 79; Jorge de Alarcão, *Arqueologia da Serra da Estrela*, Ed. Parque Natural da Serra da Estrela, Manteigas, 1993, p. 37 (= Alarcão, 1993); M. Helena Frade, “La Torre de *Centum Cellas* (Lusitanie) et sa région: quelques renseignements sur l’organisation de l’espace”, *L’Africa Romana*, Ed. Democratica Sarda, 1996, p. 885-890 (= Frade, 1996).

As ruínas do edifício romano situam-se em plena encosta da Serra da Estrela, numa zona em que esta assume um perfil marcado por declives muito acentuados e cabeços destacados sobranceiros ao extenso vale por onde corre o rio Zêzere (Est. II e III).

Estabelecendo uma estreita e notória relação com o quadro natural envolvente, estas ruínas são também representativas da perduração ao longo do tempo de um cenário ou espaço de culto que actualmente se materializa na ermida, a cerca de 50 m a NW, de Nossa Senhora das Cabeças³. A designação da imagem actualmente venerada parece mesmo sugerir que na origem do culto cristão poderá estar também uma peça do ciclo estatuário romano original. A este propósito, é particularmente sugestiva a descrição que Pinho Leal faz da anterior imagem da Senhora, quando a dado passo refere que esta *é de pedra, e grosseirissimamente cinzelada, mostrando uma remota antiguidade. Consta que apareceu em um campo, e é tão imperfeita, que o lavrador que a achou, a levou em um carro para casa, pondo-a a servir de canteiro de uma pipa, e só depois é que se lhe descobriu uma semelhança de braços e cabeça. Está vestida, e tiveram que fazer-lhe uns braços de madeira, porque os de pedra estavam unidos ao corpo; (...) estou persuadido que esta imagem nunca foi a de uma virgem, nem mesmo de qualquer santa; porém, um marco de que os romanos se serviram para dividir as suas propriedades rusticas, e ao qual davam o nome de térmo*⁴. Idêntica descrição era já apresentada nos inícios do século XVIII por Fr. Agostinho de Santa Maria, ao referir que num *valle que fica entre os três cabeços*, foi descoberta por um lavrador *huma pedra lavrada em quadro, de comprimento de quatro para cinco palmos: (outros dizem que este pilar he redondo, & que o achára em huma lapa, que se vé hoje junto à Ermida da Senhora)*. (...) *A Imagem da Senhora naquelle meyo corpo mostra proporção agigantada. Está ornada de vestidos, & parece que a compuzérão com novos braços de páo; porque devião ficar os outros de pedra tam unidos, que não podião fazer fôrma de vestir*⁵. Esta

³ Próximo, no muro de suporte de um terraplano, poderão encontrar-se alguns silhares que pertenceriam originalmente ao templo.

⁴ A. Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário geographico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande número de aldeias*, Lisboa, vol. VI, 1875, p. 295.

⁵ Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano e Historia das Imagéns Milagrosas de Nossa Senhora*, Tomo Terceyro, Lisboa, 1771, p. 99-102 (Livro I, Título XXVI).

imagem primitiva terá sido substituída pela actual no tempo do P.e Nicolau Rodrigues, da Covilhã⁶, tendo sido até agora infrutíferos os esforços que desenvolvemos para a analisar.

2. A escavação

2.1. Metodologia

A primeira campanha de escavações no local desenrolou-se entre os dias 17 de Julho e 11 de Agosto de 2001⁷, tendo sido antecedida por um levantamento topográfico e por trabalhos de prospecção geofísica.

A estratégia de escavação adoptada foi escolhida em função dos problemas particulares que a estação colocava. Assim sendo, decidimos implantar no terreno uma malha quadriculada, encontrando-se georeferenciada com precisão topográfica através de ligação à Rede Geodésica Nacional e orientada em função do eixo longitudinal do edifício, e proceder à abertura de uma série de quadrados, com 4 metros de largo, distribuídos regularmente pela área do espaço construído de modo a abranger o interior e o exterior do edifício principal [Est. IV].

A escavação simultânea de sondagens contíguas, segundo um sistema de área aberta e livre dos testemunhos intermédios próprios da quadrícula wheeleriana, permitiu uma melhor visão de conjunto das realidades estratigráficas contemporâneas.

Quanto ao processo, optou-se pelo estratigráfico, procurando-se sempre escavar os depósitos respeitando os seus contornos naturais, sendo retirados pela sequência inversa àquela em que foram depositados, de forma a possibilitar a compreensão e a reconstituição da ordem sequencial de deposição dos diversos níveis arqueológicos. O registo e

⁶ J. Quelhas Bigotte, *O Culto de Nossa Senhora na Diocese da Guarda*, 1948, p. 154-155.

⁷ Estes trabalhos, inscritos no Projecto de Investigação *O povoamento romano na região da Cova da Beira* (IPA/PNTA: 2000-2003), foram em grande parte financiados pela 'Região de Turismo da Serra da Estrela', contando ainda com o apoio e colaboração da 'Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa', da 'Fábrica da Igreja de Orjais', da 'Junta de Freguesia de Orjais' e do 'Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto'.

as leituras estratigráficas foram feitas segundo o processo definido pela 'escola' Harris / Carandini⁸.

2.2. *Sequência estratigráfica: estruturas e materiais*

O conjunto de dados proporcionados pela abertura de uma série de sondagens distribuídas regularmente pela área do espaço construído do templo, permitiu, desde logo, esboçar os contornos de alguns aspectos que inicialmente procurávamos clarificar.

Com efeito, ainda que este local tenha sido alvo de um processo continuado e acentuado de revolvimento de terras e de subtracção de silhares e de outros elementos arquitectónicos⁹, a natureza da sequência estratigráfica registada e dos materiais arqueológicos recolhidos, possibilitam desde logo, adentro do processo de periodização, a definição de três fases distintas de ocupação.

Uma primeira fase parece corresponder a um período de ocupação que antecede a construção do templo e que poderá inclusivamente inscrever-se numa época pré-romana. Esta encontra-se representada por uma série de unidades estratigráficas cuja cronologia de depósito em alguns casos será imediatamente anterior à construção do templo e, noutros casos, poderá atribuir-se a uma fase prolongada de ocupação que andarà associada à suposta ocupação proto-histórica do cabeço que fica sobranceiro ao templo.

Com efeito, as características destes depósitos e o tipo de materiais neles exumados, sugerem a possibilidade deste espaço ter sido ocupado de forma efectiva no período pré-romano, restando por determinar, todavia, o tipo de actividade que aqui se desenrolaria. Ainda que, durante as escavações, não se tenham recolhido dados que permitam definir a sua funcionalidade, julgamos que poderá ser aventada a hipótese de aqui ter existido um espaço de culto pré-romano, cuja importância terá mesmo ditado a escolha ou apropriação deste local para a construção do

⁸ Edward C. Harris, *Principles of archaeological stratigraphy*, Academic Press Limited, London, 1989; Andrea Carandini, *Storie dalla terra: manuale di scavo archeologico*, Giulio Einaudi Ed., Turín, 1996.

⁹ A existência de valas relacionadas com o roubo de silhares, abertas em épocas não muito recuadas, foi registada em alguns locais da escavação (cf. corte noroeste de C. 1 — 2, UE 04 / 04b) (Est. VI. 1).

edifício de culto romano. Esta hipótese assenta, fundamentalmente, no achado nas imediações de Orjais de duas inscrições consagradas à divindade indígena *Banda Brialeacus*¹⁰ — que poderão estar relacionadas com algumas das práticas religiosas desenvolvidas neste lugar — e na significativa incorporação ou manutenção de um afloramento granítico — que poderia integrar o antigo espaço de culto ao ar livre — na fachada principal do templo romano (Est. IV e Fot. 2).

No que concerne às cerâmicas pré-romanas, manuais e a torno, recolhidas quer em contextos estratigráficos primários com uma cronologia de depósito anterior à construção do templo, quer em níveis depositados posteriormente à ocupação romana do local¹¹, estas aparecem geralmente muito fragmentadas, representando em termos quantitativos uma importante fracção do conjunto de materiais exumados. A esta fase pertencerão três fragmentos de cerâmicas de pastas alaranjadas, finas e bem depuradas, decoradas com bandas paralelas pintadas de cor vermelho ocre e diversos fragmentos de cerâmicas de pastas grosseiras, de cor castanha escura ou acinzentada, feitas à mão e também à roda.

A segunda fase de ocupação relaciona-se com o recinto religioso romano. Desde logo convirá referir que a forte incidência sobre este espaço de processos pós-deposicionais, de origem natural e antrópica, parece explicar a ausência, nas áreas sondadas, de níveis seguramente associados à fase de ocupação e à fase de abandono / destruição deste espaço cultural. Com efeito, não foi possível identificar quer elementos arquitectónicos deslocados do seu local original pertencentes ao edifício do templo propriamente dito, quer achados inequivocamente relacionados com as práticas ou as vivências religiosas¹².

Todavia, foram detectados alguns contextos estratigráficos primários associados à fase de construção do edifício, quer sejam aterros

¹⁰ Sobre estas epígrafes: Fernando de Almeida, “Mais divindades do grupo ‘Band’”, *Revista da Faculdade de Letras*, IX (3.ª s.), Lisboa, 1965, p. 24-25; José d’Encarnação, *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1975, p. 125-126; José d’Encarnação, “Divindades Indígenas da Lusitânia”, *Conimbriga*, vol. XXVI, 1987, p. 19.

¹¹ O seu achado nestes últimos níveis deve-se certamente aos processos pós-deposicionais que conduziram gradualmente para este local os materiais relacionados com a ocupação pré-romana do pequeno povoado situado mais acima no topo do cabeço.

¹² Refira-se, no entanto, que na encosta do cabeço onde se situa este edifício foi recolhida à superfície um fragmento de capitel de uma pequena ara.

depositados durante a sua construção, quer sejam os enchimentos das valas de fundação dos muros do *podium*. Nestes níveis foram recolhidos materiais, designadamente fragmentos de *terra sigillata* hispânica informes e de cerâmica de paredes finas¹³, que — mesmo sendo em número muito reduzido e encontrando-se em contextos ligeiramente perturbados por processos pós-deposicionais — permitem por enquanto datar genericamente este edifício da segunda metade do séc. I d.C., fixando-se eventualmente já no período flaviano a sua cronologia de construção.

No que concerne ao plano ou à estrutura do edifício, poderemos destacar o registo, nas sondagens A. 2 — 3, de dois alinhamentos, um deles bastante danificado, que integrariam um espaço coberto ou porticado que aparentemente ladeava ou enquadrava a sua fachada (Est. IV e Fot. 5). Na sondagem E. 2 identificou-se na parede lateral do *podium* a moldura que encimava a sua base de assentamento (Fot. 4).

Os materiais inequivocamente romanos são relativamente escassos¹⁴ e pouco diversificados em termos de fabricos e de tipos morfológico-funcionais, podendo destacar-se neste conjunto, para além dos referidos fragmentos de *sigillata* hispânica e de paredes finas, um fragmento de ânfora, uma fíbula anular do tipo Fowler B1, uma fina corrente e quatro pequenas agulhas em bronze. A presença exclusiva dos fabricos hispânicos de *sigillata* parece de facto sugerir uma ocupação efectiva deste espaço a partir do último quartel do séc. I d.C., ainda que o achado de cerâmica de paredes finas da forma Mayet II (ou II/III ?) e de um fragmento eventualmente de uma ânfora Dr. 1¹⁵ remeta para horizontes cronológicos de ocupação romana do território bem mais recuados¹⁶.

¹³ Estes apresentam uma pasta acinzentada, fina e homogénea, de fractura rectilínea, com um engobe ocre-alaranjado e decoração em areia na superfície externa, podendo, eventualmente, fazer parte das taças tipo Mayet XXXVII, relativamente frequentes no território nacional em contextos de meados do séc. I d.C.

¹⁴ A escassez relativa dos materiais romanos explicar-se-á pela representatividade diminuta dos contextos estratigráficos primários relacionados com os níveis de ocupação ou destruição do edifício religioso.

¹⁵ Trata-se de um fragmento de asa, com engobe bege ou castanho muito claro na superfície externa (Muns. 10 YR 8/3) e a característica pasta avermelhada (Muns. 10 R 5/6) com inúmeras partículas negras vulcânicas que denotam uma provável origem campaniense.

¹⁶ Enquanto que este tipo de material anfórico tem uma cronologia de produção que se pode inscrever entre o último terço do séc. II e os meados do séc. I a.C.,

Por último, uma terceira fase de ocupação deste espaço, desconhecida até ao início desta campanha, parece inscrever-se no período medieval, mais precisamente nos séculos XII-XIII. Esta fase encontra-se claramente atestada por um troço de muro irregular (UE. 02/03) associado a um conjunto significativo e característico de materiais cerâmicos recolhidos em algumas unidades estratigráficas (UE.s 04, 07 e 12) do quadrado E.2 (Est. VI. 2). Estes fragmentos destacam-se por formarem um lote homogéneo em termos de fabrico, provavelmente resultante de uma ocupação relativamente curta deste espaço, e apresentarem um repertório formal com traços bem definidos e característicos e no qual sobressaem os alguidares, de pasta e superfícies cinzento-claro, decorados nas paredes externas por linhas incisivas ou por cordões digitados e apresentando bases planas alargadas (Est. VII)¹⁷.

Por enquanto, a natureza funcional desta ocupação não poderá ser determinada perante a insuficiência dos dados. Porém, tal ocupação poderia não se circunscrever a este espaço mas estender-se também ao topo do cabeço, onde se localizará o povoado pré-romano, uma vez que também aí recolhemos alguns materiais cerâmicos com características semelhantes àqueles anteriormente descritos.

3. Espaço de culto de um território rural

3.1. *O edifício do templo*

Não obstante a intervenção realizada ter permitido aclarar alguns aspectos do plano construtivo que tinha sido posto a descoberto anteriormente, a continuação dos trabalhos de escavação afigura-se absolutamente indispensável para uma compreensão integral do monumento. Todavia, em função de todos os elementos recolhidos é desde já possível descrever de forma genérica o conjunto edificado e apresentar, com as devidas reservas, uma primeira proposta de restituição (cf. Est. IV).

a forma de cerâmicas de paredes finas identificada não terá sido produzida posteriormente ao período augustano.

¹⁷ Peças com perfis idênticos encontram-se nos níveis dos séc. XII-XIII do povoado de Sabugal Velho (segundo informação oral de Marcos Osório) e do Castelo de Belmonte: António C. Marques, "Escavações arqueológicas no Castelo de Belmonte (1992-1995)", *Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda, 2000, p. 253-286 (Fig. 11-15).

O corpo principal do edifício, orientado a sudeste, apresenta uma planta rectangular com 18.88 m de comprimento por 8.70 m de largura (relação comprimento largura de 1: 2.1), aproximando-se dos valores que apresentam os templos de Almofala, Ammaia, Idanha-a-Velha, Augustobriga e Conimbriga¹⁸. É constituído por grandes silhares de granito, de forma paralelepípedica, com dimensões variadas, dispostos quase sempre no sentido da largura, sem argamassa nos interstícios, apresentando uma cornija moldurada a coroar a traseira do *podium*¹⁹ e uma outra moldura a rematar a sua base (Fot. 3 e 4) (Est. IV e V. 3), podendo este ter uma altura seguramente um pouco superior a 2.80 m. A fachada frontal é revestida por grandes silhares almofadados bem aparelhados²⁰.

Das paredes da *cella* não restam quaisquer vestígios, assim como do seu pavimento ou da escadaria que lhe daria acesso. Foi, no entanto, possível verificar que sob a *cella* não havia qualquer cripta uma vez que o espaço interior do *podium* é maciço, sendo constituído por grandes afloramentos graníticos, com sinais de terem sido desbastados de modo a permitir a instalação dos muros, e por um enchimento de pedras de pequena-média dimensão não facetadas, sem qualquer tipo de argamassa a uni-las, dispostas de forma compacta e regular nos espaços vazios que foi necessário preencher.

Uma outra plataforma, com 20.05 m de comprimento e 5.98 m de largura, corre a uma cota inferior perpendicularmente ao *podium* do templo, antecedendo-o, sendo delimitada na fachada por um muro possivelmente com duas fiadas de silhares almofadados, também em *opus quadratum*, e uma outra que constituiria o alicerce. Lateralmente, num dos seus limites, identificou-se o que consideramos ser um degrau dum pequeno lanço de escada que lhe daria acesso com 1.30 m de comprimento e 0.48 m de largura.

¹⁸ Para uma visão genérica sobre estes templos: Theodor Hauschild, “Templos Romanos na Província da Lusitânia”, *Religiões da Lusitânia (Catálogo da Exposição)*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 215-222.

¹⁹ Esta inscreve-se teoricamente num quadrado com 0.45 m de largo (= 1,5 pé) e tem por perfil duas gargantas directas justapostas.

²⁰ Estes patenteiam também dimensões diversas: se a largura anda em torno dos 0.60 m, o comprimento é muito variável, sendo mais frequentes os silhares com 0.75/0.76, 0.88/0.90 e 1.00/1.06, enquanto que a altura varia em função da fiada, situando-se esse valor entre os 0.27 e os 0.60 m.

Todo o edifício foi construído sobre o firme substrato rochoso, abrindo-se para isso grandes valas onde foram colocadas as suas fundações, preenchendo-se as faixas laterais dos caboucos com pequenas pedras (Fot. 6).

Em função das estruturas visíveis e das suas dimensões e da aplicação dum sistema modular, é possível que este templo apresentasse uma planta com *cella* rectangular precedido de um pequeno vestíbulo ou *pronaos*, com duas (*in antis*) ou quatro colunas isentas na fachada principal (*prostilo tetrastilo*). Todavia, a ausência, designadamente, de alguns elementos arquitectónicos não permite, por enquanto, uma reconstituição segura do plano e das fachadas do templo. Com efeito, não foi possível identificar em escavação quaisquer fragmentos de fustes de coluna, capitéis ou de troços do entablamento. Apenas duas bases de coluna, uma colocada junto à Capela de Nossa Senhora das Luzes (Orjais) (Est. V. 1) e outra fazendo parte do acervo do Museu Eduardo Malta (Covilhã) (Est. V. 2)²¹, poderão, eventualmente, pertencer a esta construção, uma vez que se trata inequivocamente de peças pertencentes a edifícios públicos monumentais. A segunda, dadas as suas dimensões, apresentando um módulo similar ao do topo do *podium* que se conserva na parede traseira do edifício, poderá, com maior segurança, ter integrado a sua estrutura²².

Se num dos lados da fachada do templo poderia encontrar-se o lanço de escada que daria acesso a um patamar que antecedia a escadaria frontal que comunicava com o *pronaos*, no outro lado a presença de dois alinhamentos e de um afloramento não desbastado sugere uma outra configuração construtiva. Se partirmos do pressuposto que este afloramento, com uma cavidade rectangular no seu topo, poderá ser o testemunho de um anterior espaço de culto ao ar livre, que deliberadamente foi preservado e integrado na fachada do templo, poderemos considerar a possibilidade deste espaço ter sido ocupado por um templo onde a divindade indígena, agora à maneira romana, continuaria

²¹ Luís Plácido e Carlos S. Marques, *Subsídios para a carta arqueológica do concelho da Covilhã*, Covilhã, 1980, p. 12 (= Plácido e Marques, 1980).

²² Trata-se de uma base ática, formada por dois toros encimados por uma faixa côncava reversa e apresentando um módulo de 0,24 m (= raio da coluna no arranque do seu fuste), que assentaria directamente no estilóbato. A primeira, de proporções um pouco maiores e feita de granito com um grão menos fino, talvez pertença a um outro edifício, que se situaria, provavelmente, não muito distante do local onde hoje se encontra exposta, junto à Capela de Nossa Senhora das Luzes.

a ser venerada. Em função dos dados estratigráficos recolhidos, este suposto templete estaria sobreelevado em relação à primeira plataforma e à mesma cota do patamar que antecederia a escadaria que comunicava com o templo propriamente dito, podendo o acesso fazer-se a partir desse patamar ou então desde a plataforma inferior através de um lanço de escada.

Estas propostas de restituição, porém, carecem de outros elementos que as suportem de forma mais fundamentada e que poderão ser obtidos com o prolongamento da área escavada. Com efeito, ainda que pareça descortinar-se, desde já, a repetição de um módulo constante, dimensionando proporcionalmente as diversas componentes do edifício, e seja notória a sua adaptação à inclinação natural do relevo, com a exploração do potencial cenográfico que esse enquadramento topográfico particular proporciona, a compreensão integral do seu plano arquitectónico e o estabelecimento de paralelos exactos para este templo exige a extensão dos trabalhos de escavação.

Por último, refira-se ainda que a singularidade deste templo resulta em grande parte da implantação ou do contexto cultural ou natural em que se integra. Para além de se tratar de um santuário isolado, não se enquadrando num complexo construtivo coevo mais vasto, situa-se em plena serra, numa encosta voltada para o extenso vale por onde corre o Zêzere, a uma cota bastante elevada (Est. II e III) (Fot. 1). Ainda que seja comum a este tipo de espaços procurarem um enquadramento com um elevado significado cénico, a sua localização topográfica e a sua situação isolada relativamente a um núcleo populacional com alguma importância já não se afigura tão frequente. Entre os templos romanos clássicos conhecidos na Lusitânia apenas o de *Endovellicus* (São Miguel da Mota, Alandroal) e, aparentemente, o de Santana do Campo (Arraiolos), corresponderão a santuários isolados, não integrados em núcleos urbanos²³, podendo o primeiro constituir um exemplo paradigmático de um culto que teria lugar numa colina dominante — apropriado-se eventualmente de um *locus sacer* pré-romano —, e que congregou em seu torno devotos de distintas e longínquas paragens. Mais afastado, no sudeste da Hispânia, vamos encontrar o santuário tardo-

²³ Refira-se, todavia, que no caso de Santana do Campo o epíteto do deus indígena que figura em duas epígrafes aí encontradas parece sugerir a presença de um *vicus*: Jorge de Alarcão, *Roman Portugal*, vol. II, fasc. 3, Warminster, 1988, n.º 6/234.

-republicano de La Encarnación (Murcia), posicionado também isoladamente no topo de uma alta colina, edificado sobre um anterior espaço de culto pré-romano e com a particularidade de se encontrar nas imediações de um povoado ibérico e a cerca de 1 km duma cidade ibero-romana²⁴.

Por enquanto, perante a proposta de restituição deste espaço cultural e em função dos testemunhos epigráficos de carácter votivo encontrados nas imediações de Orjais, parece-nos aceitável considerar a possibilidade deste templo ter sido consagrado a Júpiter²⁵. Todavia, a decisão de o construir no local de um antigo espaço de culto, muito possivelmente relacionado com a divindade indígena *Banda Brialeacus*, terá implicado, como referimos, a manutenção de uma pequena área especificamente reservada ou destinada a todos aqueles que procuravam reverenciar o deus anterior. Assim sendo, por um fenómeno de *interpretatio*, a devoção a Júpiter poderá ter assimilado e substituído em parte a anterior divindade tutelar da comunidade aí residente²⁶, passando progressivamente a ser venerado por toda uma região na qualidade de deus oficial e supremo da nova ordem política instituída.

²⁴ S. Ramallo Asencio, “Un santuario de época tardo-republicana en La Encarnación, Caravaca, Murcia”, *Cuadernos de Arquitectura Romana*, vol. 1 (Templos Romanos de Hispania), 1991, p. 39-65. Próximo, em Albacete, no Cerro de los Santos, um outro templo — possivelmente tetrastilo *in antis* com semi-colunas adossadas às *antae* e conhecido, fundamentalmente, por ter fornecido um conjunto notável de esculturas e *ex votos* — encontra-se edificado no cimo de um cabeço, isolado, sobranceiro ao vale por onde corre uma importante via, ocupando também o espaço de um local de culto pré-romano: María Sánchez Gómez, *El santuario de el Cerro de los Santos (Montealegre del Castillo, Albacete). Nuevas aportaciones arqueológicas*, Instituto de Estudios Albacetenses “Don Juan Manuel”, Serie 1 (Estudios), Núm. 136, Albacete, 2002.

²⁵ Uma inscrição a Júpiter foi recolhida na Quinta da Mourata (Orjais) e outras duas nas imediações da aldeia vizinha de Vale Formoso. Sobre estas inscrições: J. Leite de Vasconcelos, “Antiguidades do concelho da Covilhã”, *Biblos*, vol. 10, Coimbra, 1934, p. 24-25 (= Leite de Vasconcelos, 1934); Plácido e Marques, 1980, p. 5; José d’Encarnação e Francisco Galdes, “Júpiter Supremo Sumo — Uma inscrição inédita de Orjais (Covilhã)”, *Conimbriga*, vol. XXI, 1982, p. 135-142.

²⁶ A este propósito cf.: Alain Tranoy, *La Galice romaine. Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans l’Antiquité*, Paris, 1981, p. 321 (= Tranoy, 1981).

3.2. *O quadro político e territorial*

Na freguesia de Orjais têm sido recolhidas ocasionalmente algumas peças datadas da época romana. Para além das referidas duas inscrições consagradas a *Banda Brialeacus*, encontraram-se também reutilizadas em casas da povoação duas placas funerárias: uma dedicada por três libertos a uma liberta e outra, em mármore e com uma moldura decorada por folhas de acanto, conservando apenas o nome incompleto de um indivíduo, que se identificava com os *tria nomina*, grafado em letra monumental quadrada²⁷. Estas duas peças deram entrada no Museu Eduardo Malta (Covilhã) tal como a base de coluna monumental, anteriormente referida, registada também como sendo proveniente de Orjais (Est. V. 2). No Museu do Fundão, por sua vez, encontram-se igualmente materiais de Orjais, designadamente “uma moeda do Imperador Magnêncio e uma mó”²⁸. Pelas ruas da povoação, por vezes incrustadas nos muros, encontram-se ainda pontualmente algumas pequenas bases e tambores de coluna.

Estes materiais poderão ser provenientes das estações romanas que se encontram nas imediações da actual povoação, designadamente de um local, junto à Capela de Nossa Senhora das Luzes, onde se encontram materiais romanos dispersos à superfície por uma área com cerca de 2 hectares (Fot. 1)²⁹. Junto à capela pode ver-se também uma base de coluna de consideráveis dimensões, acima mencionada (Est. V. 1), e numa quinta contígua encontram-se duas pedras almofadadas, um fragmento de cornija e uma pequena base e tambor de coluna. A profusão de vestígios neste local foi inclusivamente objecto de especial refe-

²⁷ Para Luís Fernandes, as semelhanças a nível de decoração, material, medidas e formulário que se verificam entre esta placa e outras recolhidas nas Beiras, parecem sugerir ter como origem um mesmo centro de produção, possivelmente sediado em Mérida: Luís S. Fernandes, “O epitáfio latino de Beijós e a romanização da Beira Interior”, *Cadernos do CLCPB*, n.º 1, Universidade Católica, Viseu, 2002, p. 115-139.

²⁸ José A. Monteiro, *Pequena história de um museu: fundo e catálogo*, Lisboa, 1978, p. 36.

²⁹ Para além de cerâmica comum e de construção, podemos ainda destacar o achado de fragmentos de sigillata hispânica e a recolha de um fragmento de vidro (pé de argola deformado no fabrico pelo calor), de cor verde gelo, de um copo eventualmente do tipo Isings 34 ou 35. Um “pequeno bronze romano” terá também sido aqui recolhido: F. Tavares Proença, *Archeologia do Districto de Castello Branco*, Leiria, 1910, p. 12.

rência nas *Memorias Parochiaes* de 1758³⁰. Este sítio poderá também corresponder àquele que num documento régio de 1132 aparece designado por *castrum* de *Luzes*, situado na base da vertente oriental da Serra da Estrela e integrado na diocese da Egitânia³¹. Se assim for, a selecção deste sítio como ponto de partida para uma das primeiras tentativas de repovoamento e reorganização territorial desta região³², não obstante encontrar-se “despovoado e destruído até ao solo”, parece indiciar desde logo a importância ou o simbolismo do local. A utilização do termo *castrum*, porém, parece sugerir a presença de um espaço murado ou de uma construção fortificada que hoje não se observa claramente no local³³.

As prospecções pontuais efectuadas nas imediações da povoação de Orjais permitiram também constatar a presença de núcleos rurais

³⁰ A referência é a seguinte: *Consta por tradição de pessoas antigas que no campo em que está cita a dita Capella da Senhora das Luzes estivera cituada huma Cidade por nome Argel o que se faz crível por no mesmo citio apparecerem algumas pedras com letreiros do Tempo de Cezar, e se acharem algumas moedas de metal amarello do Emperador Antonino; e que neste mesmo citio ao romper da Aurora se déra huma batalha contra os Mouros que venceram os Christãos por intercessão de Nossa Senhora, a quem invocarão com viva fé: de cuja batalha lhe ficou o nome de Senhora das Luzes* (tomo XXVI, fl. 318).

³¹ Trata-se de uma doação à Sé de Braga feita pelo infante D. Afonso Henriques, datada de 5(?) de Dezembro de 1132, que a dado passo refere o seguinte: *Est et enim quodam castrum in radice montis Eremi contra horientem in diocesi Egitanie situm et uocatur Luzes et peccatis exigentibus depopulatum et solo tenus destructum (...)* (DMP, DR., vol. I, tomo I, p. 152, n.º 130).

³² Com efeito, esta doação, a terem-se concretizado os seus intuitos, assumirá um particular significado, uma vez que só no reinado de D. Sancho I, com a carta de foral de 1186, terá começado o repovoamento definitivo do termo da Covilhã. A este propósito, cf.: R. Pinto de Azevedo, “Riba Coa sob o domínio de Portugal no reinado de Afonso Henriques — o mosteiro de Santa Maria de Aguiar, de fundação Portuguesa e não Leonesa”, *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. 12 (IIª série), Lisboa, 1962, p. 289 — VIII.

³³ Se considerarmos que o documento referido menciona em concreto um “Castelo de Luzes”, também não podemos descartar a hipótese, perante esta expressão, de que este se situasse no pequeno cabeço sobranceiro ao templo romano, onde, como acima referimos, recolhemos materiais cerâmicos datáveis deste período. A ser assim, e dada a configuração topográfica do local, parece-nos que aí poderia ter existido não um grande povoado amuralhado, com uma área residencial considerável, mas apenas um pequeno recinto fortificado.

romanos nos Lamaçais de Cima, nas Quintas da Mendinha e da Demendinha, na Quinta dos Carros, na Quinta da Barranca, no Casarão, na Quinta do Serrado, no Covão / Sr.^a das Cabeças — todos eles inéditos — e nas Quintas do Vale Lourenço — já referenciado — (Est. II). Nos pátios das casas de algumas quintas encontram-se, isoladas, algumas peças romanas, designadamente, pequenas bases de coluna e pesos de lagar³⁴. No Zêzere, vêem-se ainda as ruínas da Ponte da Cebola, e, na margem direita do rio, restos ténues de uma via lageada, mas ambas de cronologia indeterminada³⁵. Em plena serra, mas também de cronologia incerta, corre um outro troço de calçada³⁶. Na Quinta da Mourata, ainda na área desta freguesia e não muito longe do local onde apareceu o tesouro da Borrallheira, foi encontrada, como já foi referido, uma inscrição consagrada a Júpiter.

A hipótese de uma capital de *civitas*, que terá alcançado o estatuto de *municipium* — possivelmente com a concessão do *ius Latii* por Vespasiano *universae Hispaniae* —, se localizar algures a norte da Covilhã tem sido colocada por alguns autores³⁷, baseando-se essencialmente na epígrafe achada no Teixoso que menciona um *duumvir primus*³⁸. Gra-

³⁴ Estas peças poderão pertencer quer às estações que identificámos nas imediações, quer a outras que eventualmente terão sido abafadas por completo pelas actuais construções.

³⁵ Esta ponte também é referida nas *Memorias Parochiaes* de 1758 pelo pároco da Alcaria (Fundão): (...) *uma ponte velha no dito rio (Zêzere) desbaratada (...) junto ao lugar de Urjaes, ao nascente meia legoa, chamada ponte da cebolla* (tomo III, fl. 15).

³⁶ Colocada recentemente a descoberto pelas intempéries, este troço de via, bem visível ao longo de cerca de 100 metros, parece ligar a zona de Orjais / Nossa Senhora das Cabeças com a de Sarzedo / Verdelhos (CMP. 1/25000: 224; UTM: 634290 / 4468550).

³⁷ Partilhamos a opinião de que esta, na época de Augusto, poderia ser a dos *Ocelenses Lancienses* mencionados por Plínio e que corresponderão aos *Lancienses* do *terminus* de Pêro Viseu: Jorge de Alarcão e Flávio Imperial, “Sobre a Localização dos *Lancienses* e *Tapori*”, *Miscellanea em homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*, Lisboa, 1996, p. 41 (= Alarcão e Imperial, 1996). A existência desta *civitas* não merece, porém, a concordância de todos: Amílcar Guerra, *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*, Lisboa, 1998 (dissertação de doutoramento, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa).

³⁸ Esta epígrafe foi encontrada na povoação reutilizada a servir de torça de uma porta: Leite de Vasconcelos, 1934, p. 25-28. Sobre o continuado debate centrado em

fada num bloco arquitectónico paralelepípedo moldurado (1.46 x 0.43 x [c. 0.40] m), esta inscrição estaria incrustada num edifício cuja construção terá sido custeada por Silo, filho de Angeito, e aparentemente sancionada pelo então principal magistrado municipal Marco Valério Silo³⁹. Este edifício, sendo público, situar-se-ia, em princípio, na capital de *civitas*. Ainda que sejam várias as áreas nas imediações do Teixoso com materiais romanos à superfície⁴⁰, as características destes não permitem de forma alguma situar aí esse importante núcleo. Assim sendo, e partindo do pressuposto que não se encontrava num edifício isolado ou num aglomerado populacional de menor envergadura, esta peça terá sido trazida doutro local um pouco mais afastado. Se a hipótese de Terlamonte, anteriormente avançada⁴¹, não pode continuar a ser sustentada perante os dados resultantes de trabalhos arqueológicos recentes⁴², a hipótese de Orjais, também antes sugerida⁴³, merece ser reequacionada.

torno da natureza jurídica e relação entre direito latino e municipalização — ou do *ius Latii vs lex municipalis* — e, concretamente, da hipotética apropriação por partes de comunidades juridicamente não privilegiadas de alguns dos títulos das magistraturas municipais — o que, a ser assim, constitui mais um elemento que favorecerá a aceitação da hipótese de uma “municipalização virtual” que se terá verificado em algumas *civitates* —, cf.: E. Ortiz de Urbina y Juan Santos (Eds.), “Revisión de Historia Antigua — II: Teoría y práctica del ordenamiento municipal en Hispania”, *Veleia — Anejos: Series Acta 3*, Vitoria / Gasteiz, 1996.

³⁹ Sem prejuízo de uma abordagem mais circunstanciada que a inscrição exige, consideramos, por agora, que se esta, por um lado, poderá documentar uma acção evergética por parte de um notável local, eventualmente preparando o caminho para o exercício futuro de uma primeira magistratura, por outro lado, atestará a intervenção de um duúviro que terá mandado fazer a inscrição como forma de ratificar essa iniciativa e reconhecer oficialmente o mérito do seu promotor, podendo ainda ter utilizado isso como pretexto para deixar associado o seu nome à obra.

⁴⁰ Junto à povoação encontram-se materiais romanos na Quinta do Serrado, Quinta de S. João e, sobretudo, na Quinta de Santo António, não havendo qualquer referência ao achado de outro material na área do actual núcleo urbano.

⁴¹ Frade, 1996, p. 887; Jorge de Alarcão, “On the civitates mentioned in the inscription on the bridge at Alcântara”, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 0, ADECAP, Porto, 1998, p. 123 e ss.

⁴² As prospeções que aí efectuámos permitiram identificar áreas descontínuas com materiais à superfície da época romana que poderão corresponder a um conjunto disperso de núcleos rurais. Os resultados das escavações em curso numas dessas estações (*Terlamonte I*) permitem por enquanto classificá-la como quinta ou granja.

Com efeito, se o conjunto de vestígios aí referenciado aponta para uma zona com uma densa ocupação romana, as características específicas de alguns deles, nomeadamente dos elementos arquitectónicos e da placa em mármore de um cidadão romano da *gens Iulia*⁴⁴, parecem sugerir a presença nas imediações de Orjais / Senhora das Luzes de construções públicas e de ambientes culturais e contextos sócio-económicos particularmente privilegiados. Assim sendo, e perante também as referências documentais e a ausência de outros restos relevantes nesta região setentrional da Cova da Beira⁴⁵, somos tentados a considerar este local, posicionado nas margens do Zêzere e junto a um estruturante eixo viário, como um importante pólo de ocupação romana cuja actividade se desenrolaria sob a égide protectora do templo de Nossa Senhora das Cabeças.

Poderá contrapor-se que, actualmente, a área de dispersão de materiais junto à capela de Nossa Senhora das Luzes coaduna-se melhor com aquelas que habitualmente andam associadas a importantes núcleos de índole rural. Todavia, testemunhos orais coincidem quando referem que

⁴³ Alarcão, 1993, p. 37-38; Marcos Osório da Silva, *O Povoamento Romano do Alto Côa*, vol. I, Coimbra, 2000, p. 62 (dissertação de Mestrado em Arqueologia, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra) (= Osório, 2000).

⁴⁴ Esta epígrafe, juntamente com a de *L · Caecilius (... ?)*, recentemente identificada em *Centum Cellas*, e as de *G · Iulius Rufinus* e *G · Iulius Rufus* (Sr.^ª da Estrela, Inguias), *M · Valerius Silo* (Teixoso), *L · Valerius Saturninus* (Quinta do Corge, Covilhã), *C · Arius Apilocus* (Donas), *M · Avitus Fronto* (Casal de St.^ª Maria, Telhado), *T · Domitius Postumus*, *L · Domitius Postuminus* e *G · Valerius (... ?)* (Meimoa) constituem, em toda a Cova da Beira, os únicos exemplos em que figuram indivíduos que se identificam com os *tria nomina*. A *gens Iulia*, por sua vez, encontra-se particularmente bem representada em Idanha-a-Velha. Refira-se ainda que, para além de Idanha, só encontramos nesta região epígrafes que mencionam libertos em Orjais e, uma vez mais, no Telhado e na Meimoa. Cf.: Ana Paula Ferreira, *Inscrições Funerárias da Beira Interior: inovação ou continuidade*, Coimbra, 2000, p. 25 e ss (dissertação de Mestrado em Arqueologia, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra); Fernanda Repas, *Religião na Beira Interior ao Tempo dos Romanos*, Coimbra, 2001, p. 91-92 e 156-158 (dissertação de Mestrado em Arqueologia, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra).

⁴⁵ Com a ressalva, obviamente, de *Centum Cellas* (Belmonte), cujos dados proporcionados por escavações recentes parecem, todavia, reforçar a sua classificação como *villa*: M. Helena Frade, *Centum Celas: uma villa romana na Cova da Beira*, 3 vol., Coimbra, 2002 (dissertação de Mestrado em Arqueologia, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra).

há cerca de 50 ou 60 anos uma enxurrada terá colocado à mostra “restos de casas” na encosta entre a Senhora das Luzes e a estrada nacional, tendo sido posteriormente destruídos por construções e surribas. A ser assim, a área original de dispersão contínua de vestígios na Senhora das Luzes seria bem maior, podendo mesmo inscrever-se adentro de uma área de contornos rectangulares, com cerca de 3 ha, configurada por uma linha que marca a paisagem e que, pelo menos em certos locais, é manifestamente anterior aos restantes traços do parcelamento⁴⁶.

A questão da representatividade ou fiabilidade dos vestígios parece-nos particularmente relevante quando se procura classificar tipologicamente as estações identificadas em prospecção e, mais concretamente, quando se procura identificar núcleos urbanos, uma vez que a acção exercida ao longo do tempo por uma série de variáveis naturais e antrópicas poderá condicionar decisivamente a imagem que um determinado núcleo projecta para a superfície. São vários os exemplos de aglomerados romanos centrais cujos vestígios superficiais actuais parecem não reflectir de forma fidedigna a natureza dos sítios que os originou. Nesta região da Beira Interior, o caso da sede de *civitas* situada em Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo) parece-nos a este propósito paradigmático. Com efeito, não fosse o recente achado de uma ara consagrada a Júpiter pela *civitas Cobelcorum*⁴⁷, a identificação do local como capital, não obstante a presença ainda de uma parte considerável da estrutura de um templo, continuaria a suscitar compreensíveis reservas face à ausência de achados epigráficos e a uma limitada área de dispersão de vestígios à superfície⁴⁸. Porém, neste como noutros casos,

⁴⁶ Refira-se que a maior parte dos materiais à superfície encontra-se no interior desta área e que em determinados locais a linha que a configura corresponde a troços de muro e a linhas de árvores que não constituem actuais limites de propriedade.

⁴⁷ M. Helena Frade, “Ara a Júpiter da Civitas Cobelcorum”, *Ficheiro Epigráfico*, 58, Coimbra, 1998, n.º 266.

⁴⁸ Com efeito, para além dos materiais à superfície não se dispersarem por uma área superior a 2 hectares, estes são extremamente escassos, resumindo-se, essencialmente, a fragmentos de cerâmica comum e de construção. Refira-se ainda, por outro lado, que as estruturas visíveis da suposta área residencial que circunda o templo parecem ser reveladoras da ausência nesta paragem dos requintados ambientes que caracterizavam a *domus* urbana clássica. Sobre o monumento e as várias interpretações dadas ao sítio: M. Helena Frade, “Novos elementos sobre o templo romano de Almofala”, *Conimbriga*, vol. XXIX, 1990, p. 91-101; M. Helena Frade, “A Torre de Almofala”,

a ausência de vestígios relevantes será unicamente o resultado da acção dissimuladora dos processos pós-deposicionais, ou será antes um reflexo sintomático de uma outra roupagem envergada pelos centros político-administrativos destas regiões setentrionais e interiores da província da Lusitânia?

Partindo da articulação dos dados proporcionados pela sistematização das referências existentes e por um continuado trabalho de campo desenvolvido nesta região, parece-nos que o modelo clássico de cidade capital de *civitas*, caracterizada pela sua desenvolvida trama urbana e pelo seu aparato arquitectónico ou monumental, poderá não se encontrar aqui representado⁴⁹. À excepção da *civitas Igaeditanorum*, que constituiria um centro urbano de excepção e de referência em toda esta região da Beira Interior, ainda que o seu perímetro amuralhado, pelo menos no Baixo Império, não delimitasse uma área superior a 4 hectares, a maioria das restantes *sedes civitatis* poderão corresponder a locais que habitualmente, a partir dos vestígios superficiais que encontramos, são classificados como *vicus* ou aglomerados secundários. Esta é, aliás, a situação que parece verificar-se no noroeste peninsular, onde uma série de aglomerados ditos “secundários”, de configuração claramente proto-urbana e um tamanho em torno dos 4 a 8 hectares, terão desempenhado funções de capitais de *civitas*, exercendo uma autónoma e directa jurisdição sobre um determinado *territorium*⁵⁰. Quase sempre posicionados em zonas baixas e junto a um importante eixo de circulação, estes seriam essencialmente locais de concentração e exercício do poder político, sendo providos de um urbanismo incipiente onde se destacava fundamentalmente o centro cívico no qual se materializava esse poder. Esta ausência de ambientes claramente urbanos em largas faixas territoriais do noroeste constitui, para alguns autores, um reflexo de

Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1991, p. 353-360.

⁴⁹ No mesmo sentido apontam as reflexões recentemente apresentadas para o Alto e Médio Côa e para a Bacia da Ribeira de Massueime: Osório, 2000, p. 63; Manuel Sabino Perestrelo, *O Povoamento Romano na Bacia Média do Rio Côa e na Bacia da Ribeira de Massueime*, vol. I, Coimbra, 2000, p. 126-127 e 130 (dissertação de Mestrado em Arqueologia, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra).

⁵⁰ A este propósito, cf.: Fermín Pérez Losada, “Entre a Cidade e a Aldea: Estudo arqueohistórico dos ‘aglomerados secundários’ romanos en Galicia”, *Brigantium*, vol. 13, 2002 (= Pérez Losada, 2002).

uma estrutura de poder e controlo social baseada numa efectiva preponderância de aristocracias indígenas que regulam e dominam a restante comunidade, em seu proveito e em benefício do Estado, a partir de *castella* ou de pequenos aglomerados fundados de raiz e à margem do modelo governativo clássico centrado na cidade⁵¹. Para outros autores, a ausência de uma aglomeração urbana central adentro do *territorium* de uma *civitas*, atestada também noutras regiões da Hispânia — e não só no interior da *Callaecia* e *Asturia* —, traduzirá a convivência de diferentes realidades organizativas que, para serem considerados comunidades politicamente diferenciadas, teriam apenas como denominador comum a presença de um *populus* e de uma *res publica*⁵².

É no âmbito deste quadro interpretativo proposto para algumas regiões menos romanizadas da Hispânia, matizado pela particular identidade desta área da Beira Interior, que o conjunto de vestígios identificados na área de Orjais parece assumir outro significado. Assim, se o templo de Nossa Senhora das Cabeças poderia funcionar como o centro cultural oficial de peregrinação para as gentes da região, nas imediações da capela de Nossa Senhora das Luzes situar-se-ia o pólo de exercício do poder político e administrativo desta zona setentrional da Cova da Beira, cuja importância resultaria sobretudo das funções que aí eram exercidas, e não tanto da sua feição urbana e monumental, certamente débeis. Numa região essencialmente rural, na qual a população parece viver maioritariamente no campo⁵³, o escasso número de residentes per-

⁵¹ Sobre as formas de organização e controlo social do Noroeste: Inés Sastre Prats y Domingo Plácido Suárez, “Onomástica y formas de dependencia en el noroeste peninsular”, *Pueblos, lenguas y culturas en la Hispania Prerromana*, Salamanca, 1999, p. 295-305; Inés Sastre Prats, “Estructura de explotación social y organización del territorio en la civitas Zoelorum”, *Gerión*, 17, Madrid, 1999, p. 345-359.

⁵² O primeiro termo aplica-se a uma comunidade que se estabelece numa área delimitada e se associa de acordo com um mesmo regime normativo, independentemente da natureza jurídica e política que o caracterize, e o segundo reporta-se à autónoma capacidade de gestão das rendas, bens e interesses comuns a essa comunidade. A este propósito, cf.: Estíbaliz Ortiz de Urbina Álava, “Las Comunidades Hispanas y el Derecho Latino: Observaciones sobre los procesos de integración local en la práctica político-administrativa al modo romano”, *Anejos de Veleia*, series minor 15, Vitoria / Gasteiz, 2000, p. 51-53 e ss (= Ortiz de Urbina, 2000).

⁵³ Os resultados das prospecções efectuadas em diversas zonas da Cova da Beira apontam para uma elevada densidade de pequenos e médios estabelecimentos rurais: Pedro C. Carvalho, Carla A. Ribeiro, Ricardo C. Silva e Sara O. Almeida, “Povoamento

manentes neste “lugar central” poderia, por outro lado, explicar em parte o seu reduzido perímetro. Todavia, esta configuração urbana elementar não impediria que este núcleo, inscrito no âmbito de uma área periférica da Lusitânia e na sua quase totalidade povoada por populações indígenas, passasse a ser considerado a sede de uma comunidade territorialmente definida e politicamente autónoma e organizada, podendo, basicamente, apresentar a mesma fâcies e desempenhar funções similares à dos *fora* que terão sido criados no Noroeste peninsular⁵⁴. A sua fundação *ex novo* neste local terá sido ditada pelo seu posicionamento estratégico privilegiado, no centro do território que definimos para a *civitas* dos *Ocelenses Lancienses* (Est. I), numa zona em que o processo de reordenamento territorial augustano não se traduziu na renovação de um *oppidum* indígena adaptando-o a capital de *civitas*⁵⁵.

Neste caso em particular, como noutros na região da Beira Interior, a ausência do modelo clássico de cidade capital de *civitas* parece-nos que poderá ser de alguma forma uma resultante das limitações financeiras do número certamente reduzido de famílias cujos membros pode-

rural romano ao longo da Ribeira da Meimoa — Fundão (1.ª campanha de prospecção intensiva)”, *Conimbriga*, XLI, 2002, p. 127-152 (= Carvalho *et alii*, 2002).

⁵⁴ Estes designariam espaços públicos centrais nos quais decorriam unicamente as actividades institucionais e os mercados periódicos de pequenas *civitates*; estas, a partir de determinada altura, poderiam inclusivamente assumir uma organização de tipo municipal: Patrick Le Roux e Alain Tranoy, “Villes et fonctions urbaines dans le Nord-ouest hispanique sous domination romaine”, *Portugalia*, 4-5 (nova série), 1983-1984, p. 206 (= Le Roux e Tranoy, 1983-1984); Juan Manuel Abascal e Urbano Espinosa, *La ciudad hispano-romana: privilegio y poder*, Logroño, 1989, p. 43 e 79-80; Jorge de Alarcão, “O Domínio romano”, in *Nova História de Portugal. Portugal — das origens à romanização*, vol. I (J. Serrão e O. Marques, dir.), Lisboa, 1990, p. 372 (= Alarcão, 1990).

⁵⁵ Com efeito, nesta área, em função dos achados de superfície, os alegados povoados proto-históricos terão sido abandonados na sua grande maioria ou, quando o não foram, perdido a vitalidade que os caracterizava. Entre os mais importantes encontrava-se, certamente, o povoado amuralhado da “Quinta da Samaria” (CMP. 1/25000: 235; UTM: 631750.4452880), estrategicamente situado na cumeada da serra entre o Ferro e Pêro Viseu, e que apresenta também sinais de uma ocupação romana mas, aparentemente, residual. Próximo, identificámos uma inscrição romana rupestre conhecida localmente como “Lage do Adufe” ou “Pedra do Livro” (em fase de estudo para publicação).

riam integrar os órgãos de governo local ou desempenhar as magistraturas de tipo municipal. Estes notáveis locais, que através de acções evergéticas canalizavam parte dos seus dividendos para a monumentalização das cidades, seriam incapazes de promover por si só amplos programas de obras públicas que renovassem decisivamente a fisionomia da capital⁵⁶. Mesmo quando esta terá — eventualmente — alcançado o estatuto de *municipium*, na sequência da extensão do *ius Latii* a toda a Hispânia, o processo de renovação urbanística que por vezes acompanhava estas promoções jurídico-administrativas ter-se-ia neste caso circunscrito a alguns melhoramentos e à construção do templo, peça fundamental de representação do ideário imperial, num local a partir do qual se avistava uma vasta área, que poderá precisamente corresponder ao *territorium* da *civitas*. A ser assim, verificar-se-ia aqui o que parece ter ocorrido também no noroeste peninsular, onde nem o processo de concessão flaviana do direito latino terá necessariamente acarretado a urbanização e monumentalização das capitais de *civitates* e a própria municipalização⁵⁷. Situação idêntica parece também descortinar-se noutras regiões da Hispânia, e do Império, onde a ausência de um desenvolvido núcleo urbanizado não impossibilitou o desenvolvimento dos conteúdos que acarretava a aplicação do *ius Latii*, até porque este édito de Vespasiano não determinaria uma organização cívica concreta e uniforme para todas as *civitates* abrangidas, quer sob o ponto de vista da configuração construtiva dos seus principais centros, quer sob uma perspectiva estritamente política ou jurídica⁵⁸.

⁵⁶ É sabido que, perante esta incapacidade de recursos e em período cruciais, o erário imperial poderia promover e suportar os custos elevados destes trabalhos em alguns centros considerados fundamentais para a difusão e implementação dos novos valores e do conteúdo das reformas político-administrativas. Porém, não cremos que o fizesse, por regra, nestas pequenas *civitates*, ficando assim a imagem de uma capital inteiramente dependente da vontade e da capacidade empreendedora dos notáveis e dos órgãos locais de governo e à margem da munificência imperial. Sobre algumas das questões colocadas pelo fenómeno do evergetismo: Géza Alföldy, “Evergetismo en las Ciudades del Imperio Romano”, *XIV Congreso Internacional de Arqueología Clásica (La Ciudad en el Mundo Romano)*, vol. I, Tarragona, 1993, p. 63-67.

⁵⁷ A este propósito, cf.: Tranoy, 1981, p. 384; Pereira Menaut, G., “La formación histórica de los pueblos del Norte de Hispania: el caso de *Gallaecia* como paradigma”, *Veleia*, I, Vitoria — Gasteiz, 1984, p. 271-287.

⁵⁸ Com efeito, a tese sustentada por Ortiz de Urbina, orienta-se no sentido deste édito ter propiciado distintas evoluções políticas, que balançam entre a simples aplica-

Sendo realidades indissociáveis, sede e território de uma *civitas* poderiam ser proporcionais em termos de amplitude e importância. Se assim não fosse, uma *civitas* com um aparelho administrativo pouco desenvolvido não controlaria eficazmente o território que lhe tinha sido atribuído, o qual era entendido por Roma essencialmente como unidade jurídica e fiscal. Neste sentido, à imagem, aliás, das respectivas capitais, a *civitas* localizada nesta zona teria adstrito ao tempo de Augusto um território relativamente pequeno (c. 900 km²) quando comparado com o da *civitas Igaeditanorum*. Encaixado entre a Serra da Estrela, o rebordo do planalto da Guarda / Sabugal, este *territorium* a sul não ultrapassaria uma linha de relevos de menor envergadura, mas que marca claramente a paisagem, que se estende desde a Serra de Opa às imediações do Ferro / Pêro Viseu / Alcaria (Est. I)⁵⁹. A efectuar-se a sua posterior integração no da *civitas* dos *Lancienses Oppidani*, como chegou a ser proposta⁶⁰, esta poderia ter-se justificado no quadro da concessão fla-

ção de alguns dos mecanismos de gestão ao modo romano e a promulgação de uma carta constitucional própria que terá permitido apenas a algumas comunidades um pleno funcionamento do modelo político municipal: Ortiz de Urbina, 2000, p. 159 e ss. García Fernández, por seu lado, considera que a outorga do *ius Latti* a uma dada comunidade — que na opinião da autora, porém, se traduz de imediato na concessão do estatuto municipal — confere-lhe, desde logo, a possibilidade de traçar a sua própria organização administrativa (*ius civitatis*) de acordo com os usos que marcam a sua tradição cultural — podendo continuar a fazer uso dos seus particulares *iura e instituta* —, cabendo posteriormente à *lex municipalis*, nos casos em que é elaborada, a função de reorganizar, segundo o direito romano, a estrutura interna do município — vinculando-o a novas regras administrativas e processuais e ampliando a sua autonomia financeira e jurisdicional —: Estela García Fernández, “El municipio latino: origen y desarrollo constitucional”, *Gerión*, Anejos V, Madrid, 2001, p. 129 e ss.

⁵⁹ Consideramos, portanto, que o *terminus augustalis* de Pêro Viseu terá sido encontrado muito próximo do local onde estava originalmente colocado, algures na cumeada da serra que se estende desde a Capinha e que constitui a actual extrema dos concelhos da Covilhã e do Fundão. À semelhança do que se verifica de uma maneira geral no Noroeste, ou com o *territorium* de *Salmantica* (Salamanca) como refere Frontino, julgamos que também nestas regiões o território das *civitates peregrinae* poderá ter sido oficialmente definido pelos *minores* unicamente pelo seu perímetro — não tendo estes procedido à sua divisão (*divisio*) interna — utilizando-se assim a figura gromática-censitária dos *agri per extremitatem mensura comprehensi*; a este propósito cf.: Almudena Orejas y Inés Sastre, “Fiscalité et organisation du territoire dans le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique: *civitates*, tribut et *ager mensura comprehensus*”, *Dialogues d'Histoire Ancienne*, 25 — 1, 1999, p. 159-188.

⁶⁰ Alarcão e Imperial, 1996, p. 42.

viana do *ius Latii* às *civitates peregrinae* e das eventuais exigências daí decorrentes, as quais nem todas as comunidades estariam em condições de satisfazer⁶¹. A sua manutenção, porém, como comunidade política autónoma, poderá ter continuado a verificar-se, uma vez que, como referimos, o novo quadro instituído pelo édito flaviano permitia uma heterogeneidade de situações em matéria de funcionamento “municipal”, não exigindo à partida a criação de um complexo aparelho governativo⁶². Seja como for, a manifesta dissemelhança que parece verificar-se entre esta e outras *civitates* da região e a *civitas Igaeditanorum*⁶³ poderá inclusivamente sugerir que a capital dos *Igaeditani* tenha actuado, pelo menos numa fase inicial, como intermediária privilegiada entre a capital provincial e conventual sediada em *Emerita* e essas pequenas *civitates* rurais, constituindo o principal centro administrativo e económico da zona e com uma capacidade de actuação que a determinados níveis poderia mesmo ultrapassar as fronteiras da própria *civitas*⁶⁴. Neste sentido, a criação na segunda metade do séc. VI da diocese

⁶¹ Neste cenário de eventuais reajustes territoriais e administrativos, que poderia passar por um processo de *contributio*, isto é, pela fusão *de facto* e *de iure* de pequenas *civitates* numa única entidade, poderá também inscrever-se a *civitas* dos *Cobelci*, da qual também não se faz menção na inscrição da ponte de Alcântara.

⁶² A verificar-se esta outra hipótese será interessante trazer à colação as referências a *Celticum Flavium*, que alguns autores consideram ser um *oppidum Latinum* flaviano situado algures na Beira Interior — ou, mais especificamente, numa zona centrada em torno da Covilhã / Orjais, se for tomada em consideração a análise da dispersão dos nomes que constam numa das epígrafes —, ainda que o nome *Celticum* nos pareça dificilmente explicável para esta região: S. García Martínez e Patrick Le Roux, “Un nuevo testimonio sobre *Celticum Flavium* en *Asturica Augusta* (Astorga, León)”, *Conimbriga*, vol. XXXV, 1996, p. 59-67.

⁶³ Para além do extenso território já aludido, a sua capital constitui um complexo urbano e monumental sem paralelo na região, construído também à imagem do poder das suas elites, bem documentadas, aliás, no conjunto notável de inscrições que aí se encontram. Sobre a importância de Idanha-a-Velha como centro nevrálgico de comunicações, ao serviço da reforma administrativa imperial, e as funções que terá exercido: Vasco Mantas, “*Orarivm Donavit Igaeditanis*: Epigrafia e funções urbanas numa capital regional da Lusitânia”, *Actas do 1.º Congresso Peninsular de Historia Antigua*, vol. II, Santiago de Compostela, 1988, p. 415-439; Alain Tranoy, “L’organisation urbaine dans le *Conventus Scallabitanus*”, *Les Villes de Lusitanie Romaine* (Table ronde internationale du CNRS), Paris, 1990, p. 14 e ss.

⁶⁴ Situação semelhante parece ter-se verificado no noroeste com *Aquae Flaviae*: Le Roux e Tranoy, 1983-1984, p. 205-207. Sobre esta centralização de competências

suévia da *Egitania*, com um território vasto que integrava o das paróquias de *Monecipio* e *Franco*⁶⁵, não seria mais do que um reconhecimento do seu anterior peso institucional e um prolongamento da sua já secular hegemonia regional⁶⁶, voltando esse domínio de novo a reflectir-se, durante a ocupação muçulmana, com a criação da extensa *kura* de Idanha.

Se nesta área o conjunto de achados verificados nas imediações de Orjais assume uma particular representatividade, na parte meridional da Cova da Beira, ao longo do vale da Ribeira da Meimoa, destacam-se aqueles que foram recolhidos nas povoações da Capinha (Fundão) e da Meimoa (Penamacor) (Est. I). Fundados aparentemente no período romano em função da passagem de importantes eixos viários e apresentando um intenso povoamento rural em seu redor, ambos os sítios sobressaem sobretudo pela invulgar concentração, para esta região, de

mediante *adtributio*, isto é, de dependência jurídica-administrativa de pequenas *civitates stipendiariae* relativamente a uma *civitas* privilegiada, cf.: U. Laffi, *Adtributio e contributio. Problemi del sistema politico-amministrativo dello stato romano*, Pisa, 1966. A este propósito, não será despidiendo remeter igualmente para Ortiz de Urbina quando esta considera a hipótese da *civitas* dos *Igaeditani* — tal como, aliás, a de *Aquae Flaviae* —, ser a única nesta região particular da Beira Interior a possuir um estatuto privilegiado que lhe advém de uma constituição municipal própria, como parece sugerir a existência, atestada epigráficamente, de um liberto público e de um outro indivíduo que terá pertencido à *equester ordo*; as restantes *civitates* peregrinas encontrar-se-iam num estado evolutivo que as não tornava capazes de pôr plenamente em prática todo o complexo organigrama municipal: Ortiz de Urbina, 2000, p. 150 (n. 333), 163 (n. 373), 164-165, 174 (n. 390) e mapa II.

⁶⁵ Ainda no séc. XII — antes da transferência da sede da diocese egitaniense para a Guarda —, o seu território a norte estender-se-ia até Barrelas (Famalicão, Guarda), termo do concelho da Covilhã mencionado no seu foral de 1186. Assim sendo, a área de Orjais também fazia parte desta diocese, como se depreende, aliás, do documento régio de 1132 anteriormente citado (DMP, vol. I, tomo I, p. 152, n.º 130), podendo a *civitas* que aí se localizava ter dado origem à paróquia suévia de *Monecipio*: Jorge de Alarcão, “Os nomes de algumas povoações romanas da parte portuguesa da Lusitânia”, *Sociedad y cultura en Lusitania romana (IV Mesa Redonda Internacional)*, Mérida, 2000, 170-171.

⁶⁶ Ao mesmo tempo mantém-se os estreitos laços de dependência que a ligam a *Emerita*, agora metrópole eclesiástica e capital da *Diocesis Hispaniarum* desde Diocleciano.

elementos arquitectónicos e epigráficos⁶⁷. Todavia, em ambos os casos, tal como acontecerá com a Torre dos Namorados (Vale de Prazeres, Fundão), esta já na plataforma de Castelo Branco, por se encontrarem à partida integrados no extenso *territorium* da *civitas Igaeditanorum*, não podem deixar de ser classificados de aglomerados secundários (Est. I). Prestadores de serviços vários às populações rurais e aos viandantes, estes funcionariam como centros reguladores e instrumentos de controlo e desenvolvimento de territórios periféricos em relação à cidade capital da qual dependiam em termos administrativos e jurisdicionais. No caso particular da Meimoa, que corresponderá ao *vicus Venia*⁶⁸, a ara que testemunha a consagração de um *campum* ao imperador Trajano⁶⁹, para além de constituir uma inequívoca manifestação pública de fidelidade e adesão à nova ordem política, parece mesmo remeter para ambientes oficiais e sugerir a presença de um governo local, regido por *magistri*, com alguma autonomia e capacidade de jurisdição sobre determinados *agri*⁷⁰. Esta assunção de poderes justificar-se-ia quer pelo

⁶⁷ A este propósito, cf.: José Cristóvão., *O povoamento romano da bacia do curso médio da Ribeira da Meimoa*, IAFLUC, Coimbra, 1992 (seminário de Arqueologia: trabalho académico policopiado) (= Cristóvão, 1992); Carvalho *et alii*, 2002.

⁶⁸ Esta é a proposta, fundamentada, de José Cristóvão (1992, p. 47-49, n.º 65), contestando assim a opinião difundida inicialmente por Mário Bento que localizava o *vicus* no Cabeço do Lameirão (situado nas imediações da povoação). Registe-se ainda que este poderá corresponder ao núcleo de nome *Vinia* referido num *terminus* de agrimensura encontrado na Sierra de Gata, num local a cerca de 30 km para sudeste da Meimoa: Enrique Ariño Gil y Miguel García de Figuerola Paniagua, “Un *terminus* de agrimensurador de carácter técnico procedente de la Sierra de Gata (Villamiel, Cáceres)”, *Archivo Español de Arqueología*, vol. 66, n.º 167-168, CSIC, Madrid, 1993, p. 258-265. Se assim for, poderemos aqui ter um exemplo da definição do perímetro territorial de um *vicus*, o qual estenderia a sua área de influência por uma boa parte da Serra da Malcata e da Sierra de Gata. Por seu lado, esta configuração espacial poderá antes sugerir a sua inclusão no *territorium* da *civitas* dos *Lanciensis Oppidani* — situado essencialmente a sul do sistema montanhoso formado por essas serras e a nordeste da Serra de Penha Garcia —.

⁶⁹ Sobre esta ara: F. Patrício Curado, “Epigrafia das Beiras”, *Conimbriga*, vol. XVIII, 1979, p. 145-148.

⁷⁰ Estes *magistri*, para além de constituírem os legítimos representantes dos *vicani* junto dos órgãos de poder da capital à qual se encontravam subordinados, teriam designadamente como funções assegurar o bom funcionamento dos mercados que se realizavam no *vicus* e reparar as vias que atravessavam o seu território: F. Moreno Martín, “Ocupación territorial hispano-romana. Los *Vici*: poblaciones rurales”, *Espacio, Tiempo y Forma (Serie II, Historia Antigua)*, 10, 1997, p. 295-306.

facto deste *vicus* se situar numa zona distanciada consideravelmente em relação à capital, afastada do seu raio de influência imediato, quer por as importantes explorações auríferas existentes nas imediações — designadamente na área da Presa e do Covão do Urso, a cerca de 6 km para sudeste — exigirem a presença na cercania de magistraturas locais ou mesmo de uma representação da administração conventual ou provincial, uma vez que as minas de ouro ao serem consideradas *ager publicus* poderiam ser geridas e exploradas directamente pelo Estado romano⁷¹.

Estes núcleos poderão mesmo ter desempenhado um papel ainda de maior relevo numa fase inicial de ocupação romana, uma vez que, ao se localizarem nos principais eixos do sistema viário e em locais particularmente estratégicos, poderiam ter sido dotados dos requisitos e dos mecanismos mínimos de governo que lhes permitiam ter *iurisdictio* sobre uma dada área e os tornavam capazes de iniciar ou preparar o processo de organização territorial. Com a delimitação augustana das *civitates*, alguns destes pequenos centros terão sido promovidos ou reconvertidos nas suas respectivas sedes — como poderia ser então o caso de Orjais — enquanto que outros — como serão os casos da Meimoa, Capinha e Torre dos Namorados — passaram a assumir uma posição de efectiva subordinação jurídico-administrativa relativamente a uma capital entretanto seleccionada.

Não podemos ainda deixar de referir que quando se perspectiva esta região de uma forma global constata-se a existência de um espaçamento cadenciado destes núcleos estruturadores do povoamento, sugerindo mesmo, a verificar-se esta regularidade na sua localização,

⁷¹ O controlo estatal destas explorações poderia ser feito por intermédio das aristocracias locais que geriam de igual forma o governo do *vicus* onde residiam. Uma dessas famílias oligárquicas, cujo patriarca, curiosamente, é um emigrante vindo de Clunia — também em Idanha ou no couto mineiro aurífero de Três Minas (Vila Pouca de Aguiar) se registam clunienses —, parece estar documentada numa placa funerária encontrada na Meimoa: Mário Pires Bento e Fernando Patrício Curado, “Placa funerária de Meimoa (Penamacor)”, *Ficheiro Epigráfico*, 28, Coimbra, 1988, n.º 126. Sobre a mineração na bacia hidrográfica da Ribeira da Meimoa: Claude Domergue, *Catalogue des mines et des fonderies antiques de la Péninsule Ibérique*, Tome II, Public. Casa de Velazquez (Serie Archeologie VIII), Madrid, 1987, p. 512-515; F. Sandes Lemos e Lourenço Rei, “Mineração antiga na Serra da Malcata (Beira Interior)”, *Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda, 2000, p. 185-198.

a eventual presença de um outro nas imediações do Telhado (Fundão) (Est. I), onde, aliás, têm aparecido vestígios arqueológicos com uma certa relevância⁷².

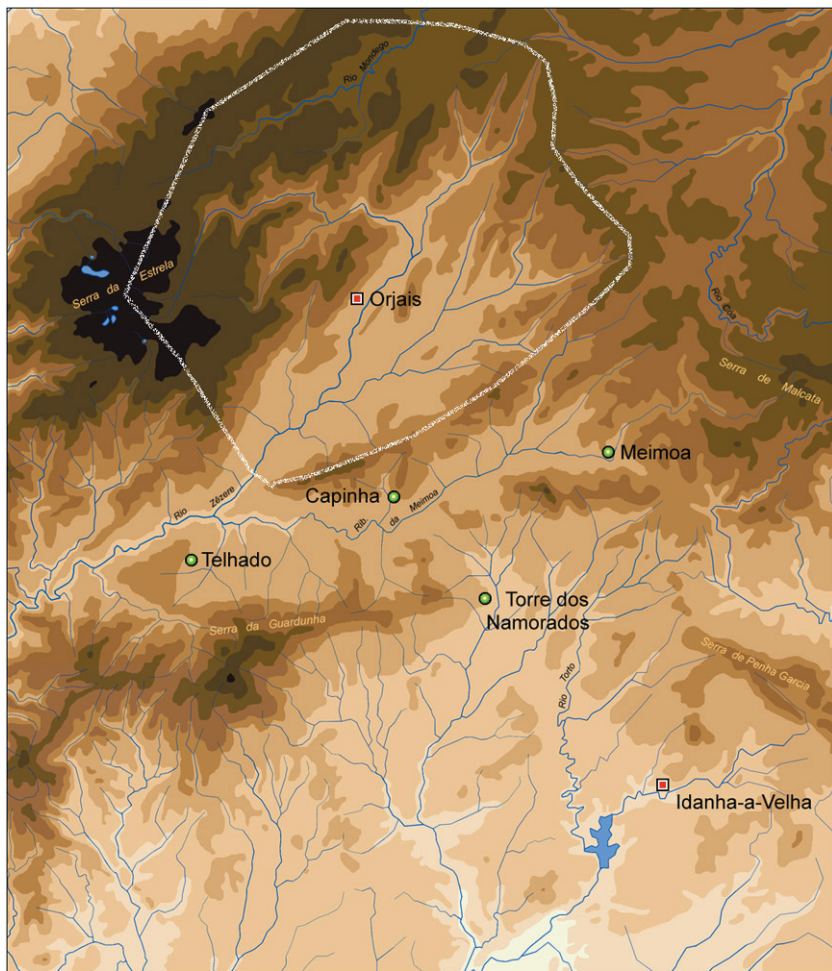
Ainda que cada um deste tipo de aglomerados possa ter evoluído a partir de um núcleo anterior, integrando um determinado grupo étnico indígena, os dados de que dispomos para Orjais, Capinha e Meimoa parecem indicar, à semelhança da capital dos *Igaeditani*, que se trata de centros criados de raiz e fruto de novas circunstâncias, isto é, resultantes das necessidades decorrentes de uma nova lógica de administração e exploração do território. Com efeito, nesta região, a configuração matricial do povoamento pré-romano terá sido pulverizada ao mesmo tempo que as malhas do processo augustano de criação das *civitates* se estendiam e fortaleciam. Em função dos achados de superfície, o abandono dos anteriores povoados fortificados de altura parece constituir a situação que se verificou com maior frequência⁷³, indiciando, assim sendo, a ocorrência duma profunda readaptação das formações étnicas e sócio-económicas anteriores. Situados agora em zonas baixas e facilmente acessíveis, bem no meio dos corredores naturais de circulação, os novos centros de poder e controlo territorial são os principais símbolos do novo ordenamento político-administrativo, assumindo de uma outra forma o papel anteriormente desempenhado pelos mais importantes aglomerados indígenas. Alguns pequenos núcleos familiares poderão de algum modo ter-se implantado e organizado em redor ou em função desses centros, ou tendo ainda em consideração o trajecto das *viae principales* e *vicinales*. A este nível, contudo, merecerá um particular destaque a localização e a perceptibilidade dos recursos naturais — agrícola-

⁷² Na área desta freguesia, entre outros materiais romanos, foram recolhidas três inscrições funerárias, uma delas de um liberto memorando o seu patrono, e uma inscrição votiva consagrada a Apólo (o que desde logo é revelador de ambientes culturais privilegiados) por um indivíduo que se identifica com os *tria nomina*. Particularmente interessante parece ser a zona do Freixial — Casal de Santa Maria. Cf.: J. Candeias da Silva, *O concelho do Fundão através das Memórias Paroquiais de 1758*, Fundão, 1993, p. 192 e 323-324; F. Patrício Curado, “Inscrições romanas do concelho do Fundão: achados recentes”, *Jornal do Fundão*, Ano 55, n.º 2821, de 15.09.2000.

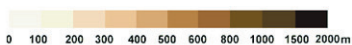
⁷³ A não ser que estes continuassem ocupados mas mantendo no essencial a sua interna configuração construtiva, ocorrendo as alterações sobretudo ao nível de algumas vivências do quotidiano que dada a sua natureza são geradoras de rastros pouco significativos e de mais difícil apreensão quando os locais são apenas objecto de prospecção.

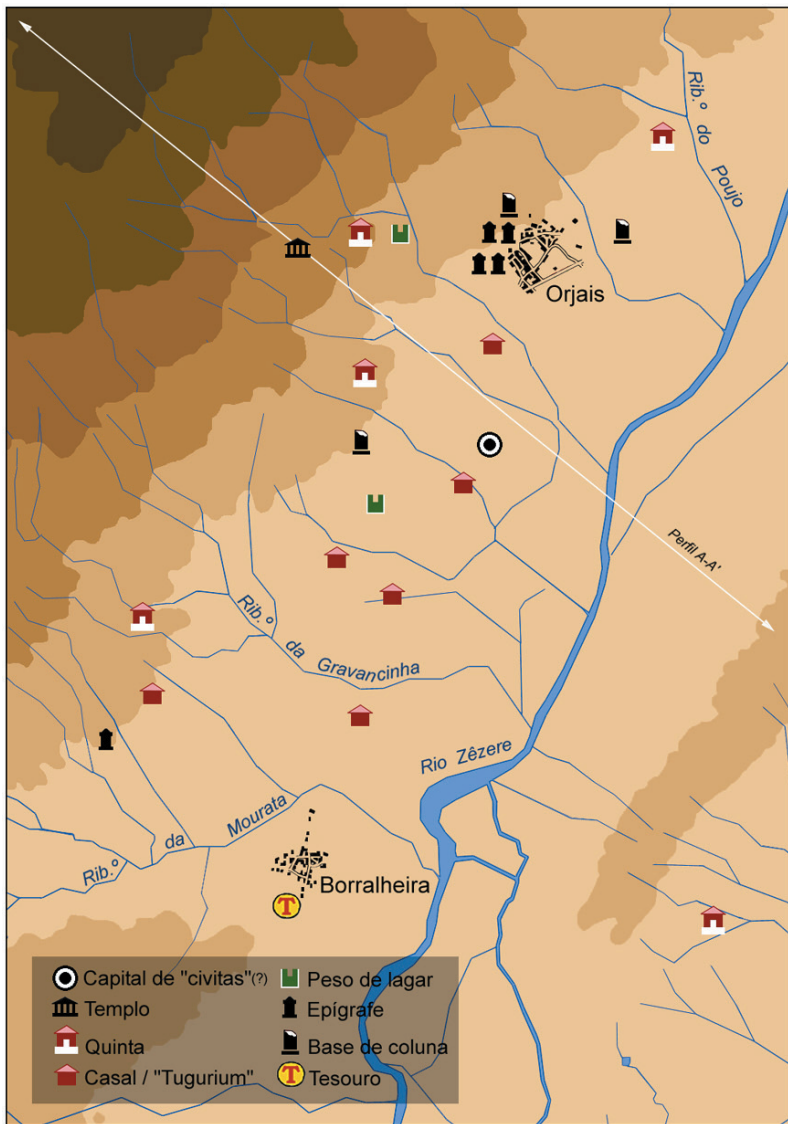
las, silvo-pastoris e mineiros — uma vez que a procura de zonas passíveis de possibilitar a exploração duma ampla gama de recursos parece ter constituído a principal linha condutora que estruturou o povoamento, numa área cuja vincada ruralidade resulta em grande parte da ausência de uma verdadeira *urbs* — como centro estruturador do território e palco privilegiado de expressão e difusão da nova ordem — e do facto das *villae* — se entendidas como sedes de grandes unidades de exploração agro-pecuária pertencentes a indivíduos cuja riqueza e integração nos valores da cultura clássica se manifestava, nomeadamente, na presença dos *urbana ornamenta* nas suas residências de campo — serem um elemento claramente residual na paisagem⁷⁴.

⁷⁴ Já depois de concluído este texto, e durante uma curta estada no CSIC em Madrid, tivemos a oportunidade de consultar a excelente dissertação de doutoramento de Maria Ruiz del Árbol e discutir com a autora algumas questões que se prendem com a ocupação romana destes territórios periféricos da Lusitânia. Desses contactos, e a propósito dos temas aqui desenvolvidos, ressalta a ideia de que no nordeste da Lusitânia, no território actualmente espanhol, os núcleos que centralizam a administração das *civitates* — e nos quais se baseou a articulação dessas novas entidades territoriais — têm também um carácter eminentemente rural, distinguindo-se e sobressaindo deste conjunto apenas a capital da *civitas* dos *Salmanticenses*, como verdadeiro núcleo urbano, eixo de comunicações e ponto de referência administrativo na integração desta região no marco conventual desde os inícios do Império: María Ruiz del Árbol Moro, *Organización y explotación del territorio en el noreste de Lusitania en época alto-imperial*, Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Historia Antigua, Madrid, 2001 (Tesis Doctoral: policopiada).



CARTA MILITAR DE PORTUGAL / SERVIÇO CARTOGRÁFICO DO EXERCITO / FOLHA N° 4 / VISEU / Esc. 1:250 000 / SÉRIE M586 / 1967



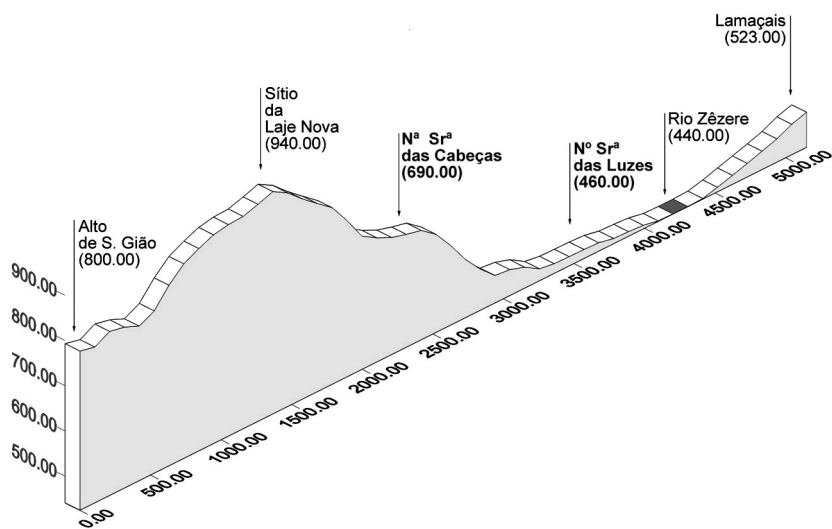


CARTA MILITAR DE PORTUGAL / SERVIÇO CARTOGRÁFICO DO EXÉRCITO / FOLHA Nº 224 / TEIXOSO / Esc. 1: 25 000 / 1970

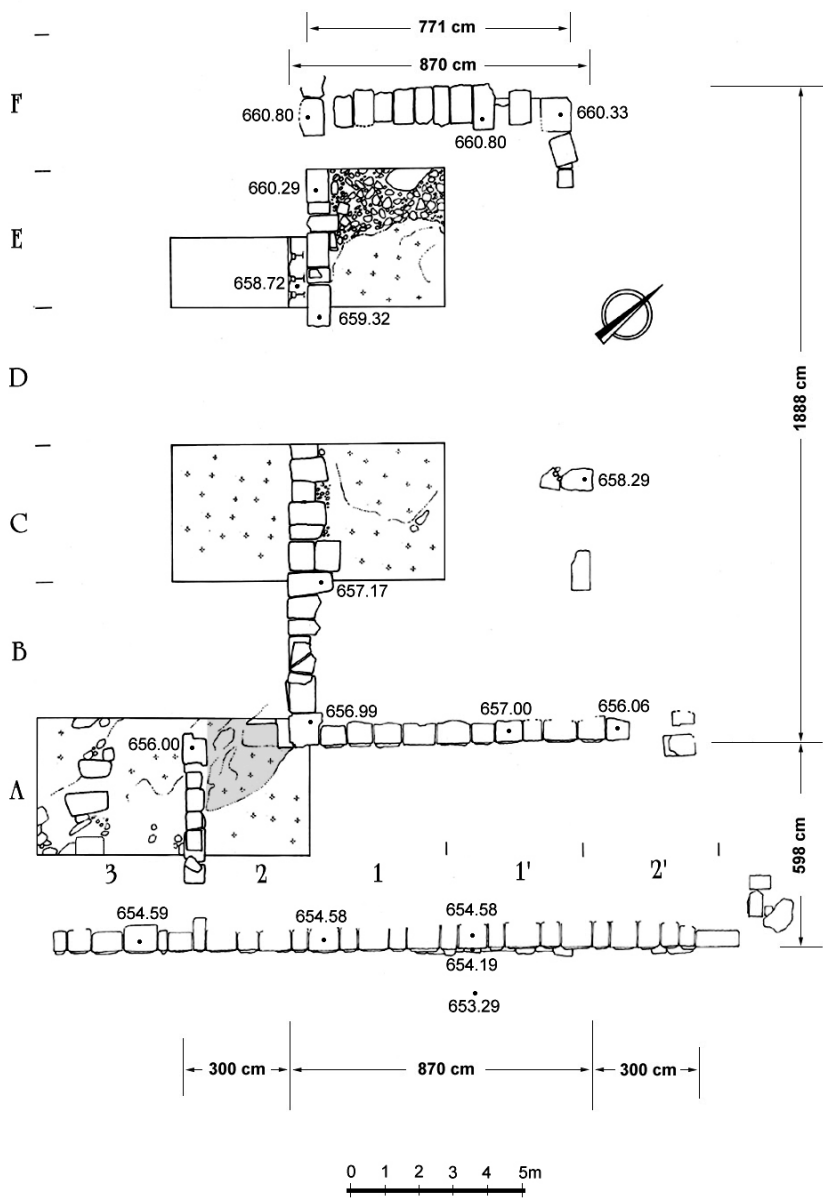
0 500 m

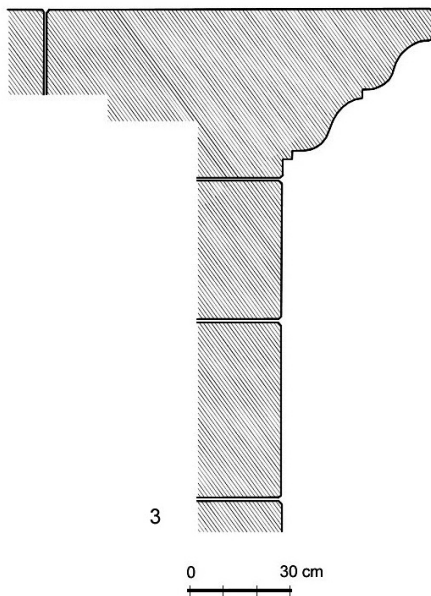
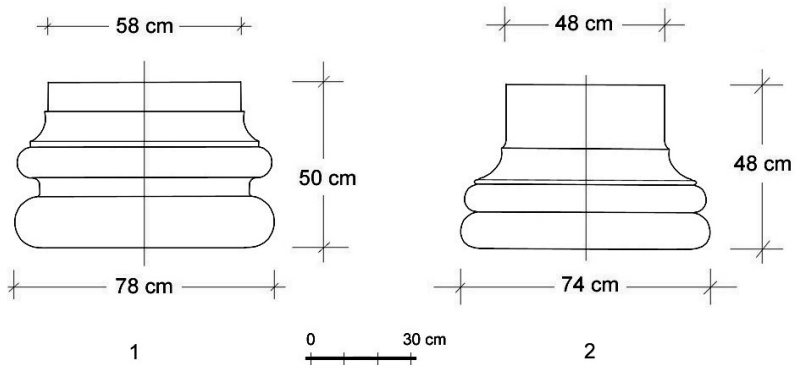


0 100 200 300 400 500 600 700 800 900 1000 2000m

*Perfil A - A'*

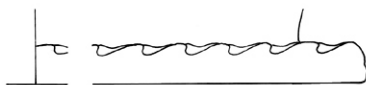
Est. IV





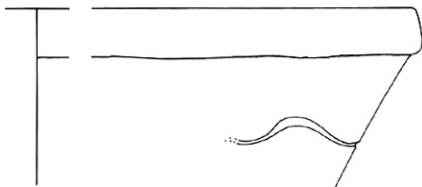


Ø = 28 cm

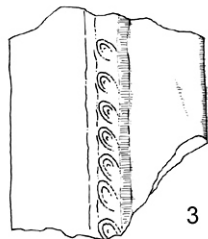
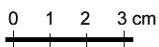


1

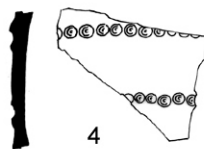
Ø = ?



2



3



4



For. 1 - Vista geral do templo em fase de escavação, e ao fundo, no vale, a área de Nossa Senhora das Luzes.



For. 2 - Perspectiva da fachada principal do edifício



For. 3 - Cornija de coroamento nas traseiras do podium



For. 4 - Moldura a rematar a base lateral do podium



For. 5 - Alinhamento no lado Sudeste da fachada.



For. 6 - Pormenor de uma vau de fundação